

BIBLIOGRAFIA

"COMPÊNDIO DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA" - *Rubens Gomes de Sousa* (Edições Financeiras S. A., Rio, 1952, 443 págs.).

Catedrático de "Legislação Tributária" na Universidade de São Paulo, o autor reviu e atualizou suas preleções com objetivos confessadamente didáticos. A linguagem, a clareza e a distribuição das matérias têm realmente o tom de livro de texto para estudantes, mas enganado estará quem supuser que apenas êsse é o conteúdo da última obra do eminente professor de São Paulo.

Na realidade, o compêndio tanto poderá ser útil - digamos exatamente: indispensável - aos estudantes quanto a qualquer profissional do fôro ou pessoa acaso interessada em assuntos fiscais, porque constitui uma exposição completa de todo o imenso quadro do direito positivo brasileiro, em matéria, tributária, até a data de sua publicação. Não existia até agora, na bibliografia brasileira, qualquer trabalho dessa envergadura, quer pela vastidão dos assuntos versados, quer pela profundidade científica da análise. E, neste país, é provável que ninguém pudesse fazê-lo com mais segurança do que RUBENS GOMES DE SOUSA, que está indicado para a codificação de que tanto necessita a nossa caótica legislação fiscal.

O sumário dos títulos de capítulos dá idéia da extensão do compêndio: Capítulo I - Definição e conteúdo do Direito Tributário; II - Natureza e relação do Direito Tributário; III - Fontes e interpretações do Direito Tributário; IV - Conceito e elementos da obrigação tributária; V - Lançamento da obrigação tributária; VI - Extinção da obrigação tributária; VII - Infrações tributárias e penalidades; VIII - Contencioso tributário; IX - Noções gerais sôbre as diversas espécies de tributos X Sistema tributário brasileiro; XI e VII - Direitos aduaneiros; XIII e XIV - Impôsto de consumo; XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX - Impôsto de renda; XXI, XXII e XXIII - Impôsto do sêlo federal: XXIV - Outros tributos federais; XXV - Impôsto de vendas e consignações; XXVI - Impôsto sôbre a transmissão da propriedade; XXVII - Outros tributos

estaduais; XXVIII - Impôsto de indústrias e profissões; XXIX - Outros tributos municipais; XXX - Contribuição de melhoria.

Apreciando outro grande livro do autor (no "Digesto Econômico", setembro de 1951, pág. 144), recordamos o reparo do famoso financista HENRI LAUFENBURGER: "Mr. GOMES DE SOUSA *connait admirablement les systèmes fiscaux de l'Europe, que lui inspirent de leçons fort utiles*". Nesta obra, R. GOMES DE SOUSA aparece a uma luz inteiramente diversa: como êle conhece a doutrina fiscal brasileira!

Só aquêle que está distante dela poderá supor fácil tal conhecimento, que exige a investigação de inúmeros folhetos e artigos esparsos nas revistas de todos os Estados e Distrito Federal, já que, como acentuamos, esta é a primeira tentativa de sistematização do estudo de todo o Direito Fiscal do país, à base da legislação, da doutrina e dos julgados dos tribunais e órgãos jurisdicionais de caráter administrativo. Por isso mesmo, quase não há citações de autores estrangeiros, tendo o autor o cuidado de advertir o leitor quando é mais vivo o contraste entre nosso direito positivo e o de outros países.

O material de documentação dos tribunais é riquíssimo e está classificado em relação às controvérsias sôbre cada tributo. Não existe, talvez, *vexata quaestio* de nossa vida fiscal que não encontre ponto de referência no livro, observação essa comprobatória de que êste anda muito longe de ser um simples compêndio didático.

Na areia movediça das finanças, sempre batidas pelos ventos fortes das correntes econômicas e políticas, a posição teórica do autor transparece de várias passagens, à margem dos temas principais. Para êle, como para LAUFENBURGER, não existe a compósita Ciência das Finanças dos nossos programas oficiais. Admite Economia Financeira, Política Financeira, Técnica Financeira e Direito Financeiro, o que lembra, até certo ponto, a posição de GRIZIOTTI há 23 anos.

No disputado e belicoso debate sôbre as classificações das receitas, aceitando, como ponto de partida, a chamada divisão alemã - "originárias" e "derivadas", sub-divide estas em: a) de soberania absoluta

(as de direito internacional, as "parasitárias", como "butin", indenizações de guerra, etc.); *b*) de soberania relativa (tributos, etc.), e *c*) as contratuais (explorações comerciais, industriais, etc.) (página 21). Estas últimas, para as quais lhe não repugna a denominação mais ou menos universal de "preços" (pág. 135), não ficariam mais adequadamente onde as colocam os clássicos, isto é, no rol das "originárias"?

Em matéria de taxas, segue a classificação de MONTEIRO DE BARROS, admitindo, pois, facultativas ao lado de obrigatórias (pág. 144).

Combate, com muita razão, por errôneo, o iníquo dispositivo legal que recusa a restituição de tributos pagos em selos (pág. 97). Suscita a dúvida sôbre se deve ser calculado o recente adicional de 15% (lei nº 1.474, art. 3º e parágrafos) sôbre os primeiros Cr\$ 10.000,00, como quer o Fisco respondendo pela negativa já que a lei diz: "a partir de Cr\$ 10.000,00" (página 243). Essas referências são meramente exemplificativas, pois seria longo o quadro completo de quantos problemas são levantados e resolvidos pela obra, que, por isso, não deve faltar à biblioteca de qualquer jurista.

Na próxima reedição, é, de desejar-se que o autor mande acrescentar um índice alfabético para comodidade de consultas de caráter prático e dilate os comentários sôbre a velharia que o Brasil de hoje resolveu retirar dos museus financeiros para o maior abuso: os empréstimos forçados.

Nesse ponto, aliás, a nossa divergência é mais profunda, porque nos repugna aceitá-los como verdadeiros empréstimos e como tais diversos de impostos complicados com promessa de restituição. Não é debate puramente acadêmico, pois as enormes conseqüências práticas da conceituação são indicadas pelo próprio autor, sagazmente, na pág. 244: perdem os pseudocredores recursos e garantias estabelecidos em favor dos contribuintes de impôsto de renda. Em resumo, damos aqui, não uma crítica, mas uma notícia para que se tenha impressão do valor dessa nova contribuição de RUBENS GOMES DE SOUSA ao progresso dos estudos do Direito Fiscal no Brasil. Êsse livro ainda constitui novo

argumento em favor da necessidade do ensino de Direito Fiscal nas Faculdades de Direito.

Aliomar Baleeiro, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

*

REVISTA DE REVISTAS

Nacionais

REVISTA DOS TRIBUNAIS - São Paulo, ano 41, vol. 200, junho de 1952 - "Crimes patrimoniais entre cônjuges e parentes", *Basileu Garcia*; "Alguns aspectos da proteção ao menor na Lei do Trabalho", *Ildélio Martins*; "A medicina forense em vários tribunais europeus", *J. N. de Almeida Prado*; "Sugestões para uma reforma do Código de Processo Civil", *Bruno Afonso de André*. Consultas e Pareceres. Jurisprudência. Leis e Decretos.

*

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO - São Paulo, vol. XLVI, 1951 - "Sôbre a problemática da Filosofia do Direito nos meados do século XX", *Josef L. Kunz*; "Novos rumos da Filosofia Jurídica", *Pinto Ferreira*; V. X. Carvalho de Mendonça e a Faculdade de Direito de São Paulo"; "A federação é o presidencialismo no sistema, constitucional brasileiro", *Valdemar Ferreira*. Preleções e Discursos. Bibliografia.

*

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO - Belo Horizonte, ano IV (Nova fase), outubro de 1952. - "O 60º aniversário da Faculdade --: Os primeiros mestres", *Mário Casasanta*; "O conceitualismo jurídico", *Carlos Campos*; "Direito Comparado, ciência autônoma", *Caio Mário da Silva Pereira*; "Da capacidade em direito internacional privado", *Amílcar de Castro*; "Ciência, teoria e doutrina econômica", *Oscar Dias Correia*;

"Conseqüências jurídicas de uma nova teoria dos lucros", *Washington Albino Peluso de Sousa*; "Caracterização da Teoria Geral do Estado", *Nélson de Sousa Sampaio*; "Do Partido político", *J. Pinto Antunes*; "A forma dos tratados", *J. Sette Câmara Filho*; "A nova lei do mandado de segurança", *M. Seabra Fagundes*; "O direito de obstrução", *Edgar de Godói da Mata Machado*; "Estrutura constitucional do Estado romano", *A. A. de Melo Cançado*; "Fundamentos psicológicos da teoria do dolo e da culpa", *Lídio Machado Bandeira de Melo*; "Elisão da falência", *Lincoln Prates*; "Prejulgado", *José Olímpio de Castro Filho*; "O ensino da administração pública", *Benedito Silva*; "Três civilistas brasileiros", *Eduardo J. Couture*; "Validade do psicodiagnóstico miocinético", *Pedro P. de Bessa*. Crônica Universitária. Notas de livros, Revista de Revistas.

REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA - D. F., vol. 96, fasc. 288, setembro de 1952 - "Doação indireta", *Arnoldo Medeiros da Fonseca*; "As marcas de fábricas dos súditos do Eixo", *Tomás Leonardos*; "Recurso administrativo e ação judicial", *Enéias Ferreira da Silva*; "O impôsto "causa mortis" devido pelo enteado", *Bento de Faria*. Jurisprudência. Legislação.

*

REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS - Belo Horizonte, ano I, nº 1, janeiro-junho de 1952 - "Análise econômica de balanços - Apreciação de alguns fatores do rédito", *José de Castro*; "Elementos para uma História Econômica da Capitania de Minas Gerais", *Francisco Iglésias*; "A preponderância do fator econômico na História da Civilização", *Aníbal Vaz de Melo*; "A greve e os conflitos coletivos do trabalho", *Célio Goiatá*; "Alguns confrontos sôbre o valor das terras do Brasil", *Osório da Rocha Diniz*; "Necessidade da formação da mentalidade econômica do brasileiro", *Geraldo Fonseca*; "Em tórno da nacionalização dos bancos de depósito", *João Machado Sobrinho*. Discurso. Notas de livros.

*

Estrangeiras

REVISTA DE DERECHO PÚBLICO Y PRIVADO - Montevideu (Uruguay), ano XV, tomo XXIX, nº 171, setembro de 1952 - "El Uruguay y la Solidaridad Interamericana", Aldo Ciasullo; "Lo Contencioso Anulatorio en el derecho uruguayo", *Aparicio Mendez*. Seção jurisprudencial.

*

REVISTA DE LA FACULTAD DE DERECHO DE MEXICO - México, D. F. (México), tomo II, nº 5, janeiro-março de 1952 - "Consideraciones acerca de la jurisdicción", *Humberto Briseno Sierra*; "Función y dignificación de la norma jurídica", *Aurora Arnaiz*; "Prescripción extintiva en Derecho Internacional Privado", *Maximiliano Philonenko*; "Materialismo histórico y Derecho romano", *Manuel Iglesias Cubria*; "Libertad natural, libertad jurídica y libertinaje. Apostillas a una teoría de García Máynez", *Juan B. Climent*; "Notas para la historia del procedimiento criminal", *Javier Malagon Barcelo*; "Algunos aspectos de la queja", *Carlos Cortes Figueroa*. Resenhas bibliográficas. Legislação. Jurisprudência. Informação jurídica estrangeira. Informação geral.

*

BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - Coimbra (Portugal), vol. XXVII, 1951 - "La extraña historia de la recopilación de Antonio de León Pinelo", *Rafael Altamira*; "Le droit pénal doit sortir de son isolement", *N. Muiler*; "El Estado de derecho", *Luís Legaz y Lacambra*; "Polémica en torno a la guerra de Corea", *Camilo Barcia Trelles*; "Nótulas histórico-jurídicas", *Paulo Merêa*; "Culpa e castigo" (Contribuição para uma filosofia do direito penal), *Ulrich Klug*; "Epistemologia jurídica", *L. Cabral de Moncada*; "Lo mutable y lo inmutable en la moral y el derecho según Francisco Suárez", *Antônio Truyol Serra*. Bibliografia. Jurisprudência crítica. Vária. Revista de revistas. Publicações recebidas.

*

ANUARIO DE DERECHO CIVIL - Madri (Espanha), tomo V, fasc. I, janeiro-março de 1952 - "La pretensión procesal", *Jaime Guasp*; "El problema de la división del usufructo", *Alvaro d'Ors* y *J. Bonet Correa*; "Problemas de la sociedad civil", *P. J. de Azurza* y *Oscos*. Estudios legislativos. Vida jurídica. Notas críticas. Bibliografía. Jurisprudência.